

DA DISSIMULAÇÃO À DESFAÇATEZ: HOMOFOBIA E DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR.

Jonas Alves da Silva Junior¹

RESUMO

Recentemente, muito tem se discutido sobre a importância de um projeto que extermine a homofobia que viceja entre os muros da escola. Por isso, neste artigo, trago à tona as principais pesquisas quantitativas acerca do assunto realizadas nos últimos dez anos por órgãos e institutos renomados, para compreender como se configura a homofobia no Brasil e qual o tratamento que se tem disso entre os muros da escola. Como referencial teórico, foram utilizados autores da área dos Estudos Culturais, já que estes evidenciam que a relação entre discriminação e homossexualidade estruturam-se em uma questão cultural, enraizada em dogmas, crenças e representações arquitetadas socialmente para manter a hegemonia da heterossexualidade e, tendo como instrumento a homofobia, subalternizar as orientações sexuais consideradas não-padrão.

Palavras-chave: Homofobia, diversidade sexual, homossexualidade, escola, direitos humanos.

ABSTRACT

Recently, many reports have discussed the importance of a project to exterminate homophobia that thrives within the walls of the school. Therefore, this article brings to light the main quantitative researches on the subject during the past ten years by renowned institutes and agencies, to understand how to configure homophobia in Brazil and how it is been dealt with within school walls. The theoretical framework used are writers in the field of Cultural Studies, as these show that the relationship between discrimination and homosexuality are structured in a cultural issue, rooted in dogmas, beliefs and representations socially engineered to maintain the hegemony of heterosexuality and, having as an instrument homophobia, sexual orientations subjugate considered non-standard.

Keywords: homophobia, sexual diversity, homosexuality, school, human rights

¹ Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da USP, professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, no curso de Pedagogia, e líder do Grupo de Pesquisa “Diálogos e Interseções em Sexualidade – DINTERSEX” (CNPQ/UFMA). E-mail: jonasjr@usp.br

1. Homossexualidade e homofobia na escola

Mais do que uma conversa entre a constituição de gênero e a sexualidade, o que parece suceder é mesmo alguma “confusão” entre esses dois termos. Inclusive parece plausível dizer que entre eles o que se exprime como uma dificuldade para a escola são aquelas tangenciadas à sexualidade, sobretudo, a homossexualidade. A homossexualidade faz parte do cotidiano escolar cotidianamente (Ferrari, 2000), seja como caso (estudantes categorizados como tal) ou como tema (quando o assunto surge nas interações entre os atores escolares). Mediante essa circunstância, cabe-se indagar: de que maneira a homossexualidade é evidenciada no discurso escolar? A que estão prestando esses discursos? A quem está apoiando e a quem está molestando? Até que limite a escola está debatendo o que surge?

A instituição escolar está sendo convidada a mirar para a arena de combate a que se encontra a homossexualidade, principalmente no que tange à luta contra a homofobia. Os movimentos gays e lésbicos preocupados com o desarranjo dos determinantes da homossexualidade, geralmente atrelados à ideia de patologia e pecado, e na edificação de conceitos e discursos mais positivos dessas identidades, cooperaram para alocar a educação no núcleo das atenções, ao exigirem investimentos e uma parceria mais efetiva com o Estado, construindo material instrutivo e preocupando-se com o desenvolvimento e conhecimento de educadores/as e, sobretudo, com os jovens em tempos de DST/AIDS.

Outro fato relevante que serve para evidenciar um desenho de transformação acerca da abordagem da homossexualidade no espaço escolar, foi o crescente debate de tópicos sobre diversidade sexual, em distintos espaços (Câmara dos Deputados, Universidades, Organizações não Governamentais – ONG etc.), possibilitando a problematização e permitindo ações afirmativas de luta contra a intolerância e a violência. Exemplos disso são o programa “Brasil sem Homofobia” e o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, ambos geridos pelo Governo Federal, que têm como pressupostos a inclusão, o embate contra o preconceito e a discriminação e a celebração dos direitos

humanos. Essas duas forças conjuntas mais a atuação dos grupos LGBT têm estimulado ações benéficas para melhorar o estado das políticas públicas contra a homofobia.

O termo homofobia é usualmente empregado em menção a uma coletânea de sentimentos negativos (tais como abjeção, repulsa, animosidade, suspeita, ojeriza ou receio), que costuma provocar ou atrelar-se a intolerâncias e processos de exclusão e violência contra sujeitos homossexuais, bissexuais e transgêneros (travestis, crossdresseres e transexuais) e, de forma mais genérica, contra sujeitos cujas marcas de gênero não se coadunam com os arquétipos hierárquicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia opera além da agressividade e da marginalização contra LGBT: ela se une a concepções e arcabouços hierarquizantes sexistas, que enxerga somente a heterossexualidade como norma. A condição heterossexual é fixada como exclusiva possibilidade legal de vivência, e a homossexualidade é entendida como subversiva, bizarra, ilícita, patológica e/ou pecado.

Para Borrillo (2001: 13), o conceito de homofobia é a conduta agressiva cujo alvo são os/as homossexuais, homens ou mulheres, e se baseia na designação do outro como inferior, avesso ou anômalo, de modo que sua diferença o desloca para fora da natureza comum dos humanos. O liame dos afixos “fobia” e “homo” tem sido questionado por intelectuais, pesquisadores e militantes por sugerir a impressão de que se trata de um dilema pessoal e psicológico do âmbito das neuroses particulares e das muitas fobias existentes. Essa acepção de fobia poderia ocasionar uma determinação de terapia individual para sujeitos homofóbicos, no campo da psiquiatria ou da psicologia.

No entanto, as pesquisas brasileiras mostram a expansão desse grave problema. O estado de marginalização e rejeição a que são relegados os sujeitos que não compactuam com o preceito heterossexual é bem mais difundido do que se possa supor. No país, a violência por intolerância sexual extermina cerca de 150 pessoas por ano. De acordo com Junqueira (2007), o Brasil é o campeão mundial de homicídios contra os indivíduos cuja orientação sexual difere da sexualidade legitimada socialmente, uma vez que a estatística

brasileira gira em torno de uma morte a cada três dias. Aliás, é importante admitir e estar cauteloso frente aos aspectos culturais e regionais que geram matizes distintas em relação ao nível de abjeção desses indivíduos.

Em terras brasileiras, de 1963 a 2001, 2092 sujeitos foram dizimados pelo tolo motivo de serem homossexuais ou transgêneros. Em 2007, foram computadas 122 mortes homofóbicas, contra 107 no ano seguinte. No entanto, é importante lembrar que esses dados são incompletos, porque faltam informações sobre alguns Estados e, além disso, muitos assassinatos de homossexuais não são noticiados pela mídia².

Relevantes pesquisas elaboradas em vários países europeus e na América do Norte evidenciam que a constância do ímpeto de suicídio entre jovens é bem maior entre homossexuais. Nos EUA, 62,5% dos adolescentes que arriscam suicídio são homossexuais. Lá e no vizinho Canadá, sujeitos homossexuais entre 15 e 34 anos possuem de 4 a 7 vezes mais riscos de tentarem suicídio do que seus pares heterossexuais. Na França, país onde o suicídio é o segundo agente causador de mortes entre indivíduos de 15 a 34 anos, as expectativas de um/a homossexual aniquilar sua vida são 13 vezes maiores do que as de um seu/sua contemporâneo/a heterossexual de mesma classe social. Assim sendo, para cada três sujeitos franceses que perpetram uma tentativa de suicídio, há um homossexual.

² De acordo com a Organização Não-Governamental Grupo Gay da Bahia (GGB <www.ggb.org.br>, acessado em 06/06/2011), desses assassinatos, 70% são gays, 27% travestis e 3% lésbicas. No Brasil, o risco de uma travesti ser assassinada é 259 vezes maior do que um gay. Conforme a pesquisa, a Bahia é o Estado mais violento com 18 assassinatos e o Nordeste a região mais perigosa: um gay nordestino corre 84% mais risco de ser assassinado do que no Sul e Sudeste. A maioria das vítimas tem entre 20-40 anos. Predominam, entre as vítimas, as travestis profissionais do sexo, professores, cabeleireiros, ambulantes. Gays são assassinados principalmente dentro de casa, a facadas ou estrangulados, enquanto travestis são executadas na rua, a tiros, cada vez mais atacadas por motoqueiros. Quanto aos assassinos, 80% são desconhecidos e 65% são menores de 21 anos. O Brasil é o campeão mundial de crimes homofóbicos, com mais de 100 homicídios por ano, seguido do México com 35 e Estados Unidos com 25. O número verdadeiro deve ser muito maior, pois além de faltar informações sobre 4 Estados: Rio Grande do Sul, Amapá, Rondônia e Roraima, tais dados baseiam-se em notícias de jornal e internet, já que não existem estatísticas governamentais contra crimes de ódio no Brasil. Tal relatório, embora certamente incompleto e lacunoso, é o principal documento mundial sobre crimes homofóbicos, tanto é que seus dados são citados tanto pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos quanto pelo Departamento de Estados dos EUA.

Conforme a Anistia Internacional, nos EUA, alunos/as LGBT sofrem, em média, 26 ofensas por dia, 80% de “grave retraimento social”, 53% escutam apontamentos homofóbicos por parte dos/as docentes e da equipe gestora, 28% abandonam a escola sem conseguir o diploma (a desistência entre heterossexuais é de 11%), 19% são vítimas de violência física dentro da escola. Em 97% dos episódios, não há nenhum tipo de intervenção por parte do corpo docente, sendo que, em 40 Estados, educadores/as podem ser exonerados/as caso sejam LGBT.

De maneira tênue, a homofobia permeia o dia-a-dia da população. Ela é acatada e doutrinada nas instituições escolares. Atravessa as acepções curriculares e as diretrizes pedagógicas. Mesmo com a aparente melhoria capitaneada pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), a homofobia ainda se faz presente nos livros didáticos. Além disso, corporifica-se no momento da chamada, nas brincadeiras e nas piadas (superficialmente “inocentes” e até utilizadas como recurso didático). Faz-se presente, também, nos bilhetes aparentemente despretensiosos, nas carteiras, quadras, portas dos banheiros, bem como na dificuldade de acessar o banheiro. Impulsiona muitas confusões nos intervalos/recreio e no término das aulas. Está impregnada na rotina de intimidações, escárnio e afrontas.

Durante a “Parada do Orgulho LGBT”, na cidade do Rio de Janeiro, em 2003, dos indivíduos de 15 a 18 anos entrevistados, 40,4% afirmaram terem sido vítimas de discriminação na escola por serem LGBT. Já no que tange à maior Parada Gay do mundo, que ocorre no município de São Paulo, esta se opõe ao fato de a cidade liderar o infeliz ranking de maior indicador de homicídios do país. Carrara, Ramos e Caetano (2003) patenteiam que a maior parte de seus 416 sujeitos LGBT pesquisados já havia sido vítima de algum tipo de hostilidade impulsionada pela orientação sexual, como afrontas, empecilho para entrada em algum estabelecimento, expulsão de casa e conflitos na escola e no ambiente de trabalho. Neste mesmo evento, só que na edição de 2005, 32,6% apontaram a escola e a universidade como locais de segregação e degrado de LGBT (perde apenas para “amigos e vizinhos”, com 34%) e

32,7% declararam ter amargado atos discriminatórios por parte de docentes ou colegas de turma.

Em pesquisa realizada pela FIPE³ (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), a pedido do MEC/INEP e divulgada em meados de 2009, constatou-se que 99,3% dos sujeitos, no ambiente escolar, são preconceituosos, sendo que 87,3% dos mais de 18,5 mil alunos/as, pais e mães, diretores/as, professores/as e funcionários/as entrevistados/as demonstraram ter preconceito em relação a homossexuais.

Conforme relatório da UNESCO (2002), 59,7% dos/as docentes consideram ser inaceitável que um indivíduo mantenha relações homossexuais. Em outra pesquisa da UNESCO, 12% de docentes em Belém, Recife e Salvador crêem que a homossexualidade é uma patologia; entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza. Não gostariam de ter colegas de classe homossexuais 33,5% dos estudantes de sexo masculino de Belém; entre 40 e pouco mais de 42% no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza; e mais de 44% em Maceió e Vitória. Pais de estudantes de sexo masculino que não gostariam que homossexuais se tornassem colegas de seus filhos variou de 17,4% no Distrito Federal a 60% em Fortaleza e Recife (Castro; Abramovay; Silva, 2004).

Este estudo, logo, assinala diferenças de abordagem entre pais, estudantes e docentes e evidencia intensas diferenças regionais. Neste presente artigo, o termo homofobia é empregado no sentido abrangente da pesquisa da UNESCO, ao trazer à baila o tratamento preconceituoso e as violências vivenciadas por jovens tidos/as como homossexuais, abarcando toda e qualquer maneira de exclusão, que molesta a dignidade do outro, produzindo angústia e insubordinação (Castro; Abramovay; Silva, 2004). Nessa ótica, e posto desse modo, as atitudes homofóbicas podem oscilar desde a violência

³ A pesquisa "Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar" foi divulgada no dia 17/06/2009 (no site <www.fipe.org.br>) e foi realizada com o objetivo de dar subsídios para a criação de ações que transformem a escola em um ambiente de promoção da diversidade e do respeito às diferenças. O estudo concluiu que as escolas são ambientes onde o preconceito é bastante disseminado entre todos os atores.

física da hostilidade e do assassinato até a violência simbólica, quando se julga válido declarar que não gostaria de ter um/a colega ou um aluno/a homossexual, tal qual foi mostrado na mencionada pesquisa.

Outro estudo sobre preconceito contra homossexuais, realizado pelas renomadas fundações Perseu Abramo e Rosa de Luxemburgo em 2009 e veiculado em todos os meios de comunicação, apontou que somente 1% dos brasileiros maiores de 16 anos não têm preconceito contra homossexuais. Entre 26% e 29% - mais de um quarto da população - assumem não gostar de gays, lésbicas, travestis ou transexuais. Essa investigação sobre homofobia, que ouviu 2014 brasileiros em 150 cidades, revelou um retrato do preconceito em três dimensões: o flagrante, o latente e o “dos outros”. Entre os preconceituosos flagrantes, 16% admitiram ter forte preconceito, a ponto de considerarem os homossexuais como “doentes”, “safados” ou “sem caráter”.

A homofobia é uma ferida social que deixa o segmento LGBT assaz vulnerável. De acordo com a plataforma virtual do Programa Nacional de DST e AIDS: “A maior parte dos gays foi morta dentro de suas próprias casas, enquanto a maioria das travestis perdeu a vida nas ruas. Segundo os dados do GGB, menos de 10% dos assassinos de homossexuais são presos”. A baixa estatística de soluções para esses tristes episódios pode ser um sinal de que esse tipo de homicídio é considerado como prática razoavelmente admissível, uma vez que se refere a indivíduos vistos, pelo senso comum, como pertencentes à condição marginal da sociedade; à margem também de suas normas e moralidade. Inclusive, a disparidade social e os aspectos socioeconômicos têm influência relevante na configuração desta problemática.

A experiência circular dessas violências por sujeitos LGBT pode ocasionar a homofobia internalizada, que é a internalização de status negativos quanto a sua própria identidade sexual (Moita, 2003). É uma construção derivada dos discursos que são engendrados e ventilados pelas instituições socializadoras e que reforçam o raciocínio binário, sexista e a heteronormatividade compulsória (Louro, 2004, 2000; Foucault, 1988). Por isso, pode-se afirmar que a homofobia está intrinsecamente imbricada à heteronormatividade, ou seja, à ideia de que

a heterossexualidade é a norma, “isto é, a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (Britzman, 1996: 79). Diante dessa concepção que é imposta à sociedade e que também perpassa o cotidiano das escolas, ao incidir nos confrontos e nas negociações identitárias, a homofobia passa a ser compreendida como a “discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero”. (Welzer-Lang, 2001: 465). Com base nessas concepções, parece plausível intuir que o que está em jogo na escola quando a homossexualidade serve de pretexto para degradar, hostilizar e violentar os indivíduos que fogem do arquétipo hegemônico do masculino e do feminino são os predicados do que é ser homem e do que é ser mulher para a sociedade brasileira. Sendo assim, surgem falas⁴ como:

Um aluno, por ter trejeitos muito femininos, era constantemente humilhado pelos colegas. Apesar das atitudes da direção, o aluno acabou pedindo transferência (Professora Marina – Escola B).

Eu sofri violência e discriminação por parte dos alunos, mas não gosto de falar sobre isso (Professor Gustavo – Escola B).

Meninos ditos “heterossexuais” agridem verbalmente, como: “você é boiola” (Professora Carolina – Escola B).

O aluno pediu para ir ao WC logo após o intervalo, pois ele não se reconhecia em condições nem de usar o banheiro masculino nem o feminino na companhia de outras pessoas. Tratava-se de um aluno bastante afeminado. Então eu autorizei a utilizar o banheiro fora do horário programado. Aí ele usava o masculino. No intervalo ele era discriminado e xingado de viadinho (Professor João – Escola B).

Nessa conjuntura homofóbica do Brasil é relevante, então, pensar sobre a qualidade da escola e sua relação com políticas sociais que almejam fomentar ações educativas para inclusão da diversidade sexual. A escola é visualizada, conforme Altmann (2001), como um espaço proeminente de execução de

⁴ Essas falas de professores/as são resultado da pesquisa de campo, cujos dados completos são apresentados e analisados na tese de doutorado “Rompendo a mordaza: representações de professores e professoras do Ensino Médio sobre homossexualidade” (Silva Jr., 2010). Essas respostas foram obtidas com base na seguinte pergunta: “Você já testemunhou casos de violência (física, verbal e/ou de outra natureza) contra algum/a aluno/a homossexual?”.

políticas públicas que fortaleçam a saúde de crianças e jovens, e o intento de inserir a sexualidade na escola fica claro com a inclusão da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no formato de tema transversal.

Destarte, é importante realçar que, desde a década de 1920, a lei brasileira oficializa a educação sexual nas escolas. Todavia, houve intensa aversão para sua implantação, notadamente dos âmbitos atrelados à religião católica. Ainda na atualidade essa aversão existe e não se resume à instituição religiosa, mas está dissolvida em boa parte da sociedade, que internalizou seus valores, até mesmo os/as professores/as que são resistentes a tratar o tema da sexualidade, já que, ao mesmo tempo em que esse assunto é compreendido e abordado sob o viés do impulso natural é, também, interpretado como algo intimidador e nocivo que necessita ser refreado e corrigido.

A partir da década de 90, a preocupação com a prevenção da AIDS e da gravidez na adolescência penetrou nas escolas de modo mais evidente e sistematizado. Em 1997, o governo federal promulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais, entre os quais constava a deliberação de que a sexualidade fosse abordada como tema transversal. A ideia era que várias disciplinas agregassem o assunto de modo conectado com outros temas. No entanto, o tratamento alicerçado em uma ótica biologizante do sexo ainda prevalece, e o debate sobre a diversidade de orientações sexuais é ainda insipiente ou relegada a segundo plano (na melhor das hipóteses). Uma das propostas do programa “Brasil Sem Homofobia” é justamente impulsionar cursos de formação “sobre a diversidade sexual” dirigidos a professores/as, ao pretender tonificar a perspectiva de direitos sexuais como direitos humanos, e ao localizar a sexualidade entre os direitos essenciais para o livre e integral exercício da cidadania. E foi nesse contexto que o MEC elaborou um kit, chamado de *kit-Brasil Sem Homofobia* ou *kit-anti-homofobia*, para ser distribuído nas escolas públicas de ensino médio do país.

Na verdade, trata-se de um material composto de três vídeos e um guia de orientação aos professores e deveria ser enviado a seis mil escolas de ensino médio no segundo semestre de 2011. Os vídeos, com duração em média de

cinco minutos, tratam dos temas transexualidade, bissexualidade e da relação de duas meninas lésbicas.

No entanto, o kit (e seu conteúdo) tem fomentado discussões acaloradas. Um dos vídeos – “Encontrando Bianca”, que conta a história de uma transexual - vazou no Youtube e, com ele, porções de comentários homofóbicos vieram à tona.

As denúncias de violência e discriminação nas instituições de ensino, apontadas pelas várias pesquisas realizadas a respeito do tema, justificam a implementação desta ação. Até porque a homofobia nas escolas é resultado de uma cultura machista e incentivada por dogmas de algumas religiões que há muito tempo influenciam comportamentos e atitudes.

Mas a maior luta é no Congresso. Embora defendido por deputados federais como Jean Wyllys (Psol-RJ), o kit do MEC, assim como projetos de lei como a PLC 122/2006 (que cria a lei anti-homofobia), desarquivado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), encontra resistência, em especial da bancada “religiosa”, liderada pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ).

Justamente por conta da pressão organizada pelos deputados da bancada religiosa, a votação da lei contra homofobia foi adiada e a distribuição do kit-anti-homofobia foi suspensa pela própria presidenta da república, Dilma Rousseff, sob a justificativa de que ela não aceita “propaganda de opções sexuais”, como se isso fosse possível!

2. Considerações finais

A homofobia é um problema que aumenta cotidianamente, e os resultados de tais atos são refletidos também na escola, onde sujeitos homossexuais padecem com chacotas, risos e piadas de cunho discriminatório. A instituição escolar, como espaço de formação, local onde se constroem cidadãos e se engendram identidades, deve admitir a presença de tal problema em suas salas de aula e perceber a necessidade imediata do questionamento e

reconhecimento da diversidade sexual existente, ao sobrepujar a intolerância e a violência conferidas aos sujeitos homossexuais (Junqueira, 2007).

Isto que dizer que, mesmo estando inseridos/as num contexto discursivo de escola democrática, acessível e inclusiva, a grande maioria dos/as professores/as, ao menos em relação à homossexualidade, não está em sintonia com a legislação, parâmetros e diretrizes que pregam o repúdio a quaisquer tipos de discriminação. Por outro lado, essa postura homofóbica pode ser corroborada por essa mesma legislação e por outros documentos oficiais, uma vez que, de concreto, não há, em nenhuma dessas diretrizes, qualquer artigo, parágrafo ou menção à homossexualidade na escola. Em outras palavras: fala-se de democracia, de inclusão, de não-discriminação em relação a todos os segmentos, de alguma forma, vítimas de subordinação e inferiorização – como negros, índios, mulheres, deficientes etc. – com exceção dos sujeitos homossexuais. Em outras palavras: os/as LGBT são os excluídos dos excluídos.

No contexto social, a escola tem se configurado como um instrumento de grandiosa importância na normalização e manutenção da heterossexualidade e dos rígidos modelos fixadores dos gêneros masculino e feminino em nossa sociedade. Nos últimos anos, em nosso país, tem aumentado a luta política pela expansão desses direitos para gays e lésbicas, mediante a aprovação do denominado “Projeto de Parceria Civil Registrada” (principalmente, da admissão das uniões afetivas entre homossexuais, que foi, em maio de 2011, aprovada e normatizada pelo STF). A inexistência de leis que assegure os direitos a gays, lésbicas e travestis, assim como a limitada perspectiva social e curricular a respeito da abrangência do conceito de família elucida como a heteronormatividade dificulta o acesso da comunidade LGBT à cidadania plena, com base na força a ela atribuída pelos coligados poderes público, jurídico e educacional.

Por isso, ainda há muito a ser feito. É necessário que o tema diversidade sexual seja efetivamente incorporado no currículo dos cursos de licenciatura, seja como disciplina específica (como já acontece no curso de Pedagogia da

UNESP Marília), seja como tema transversal. Que haja diretrizes específicas normatizando o estudo deste tema, tanto na formação inicial como também na continuada, para que o/a professor possa ter mais instrumentos e recursos para lidar com a temática em sala de aula, de modo que o currículo heterossexista que rege a escola seja repensado e desmantelado. E, tão importante quanto as iniciativas anteriores, que realmente o Brasil se torne uma nação, de fato, laica, pois enquanto dogmas e diretrizes religiosas intervierem em decisões que dizem respeito à esfera pública, seja na escola ou em qualquer outra instância, certamente os obstáculos para se conseguir um país democrático e plenamente cidadão serão sempre maiores e quase intransponíveis.

3. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

ALTMANN, Helena. "Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais". In *Revista Estudos Feministas*, ano 9, 2º semestre 2001, pp. 575-585.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITZMAN, Deborah P. "O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo". *Revista Educação e Realidade*, v. 21, jan./jun. 1996, pp. 71-96.

CARRARA, Sérgio, RAMOS, Silvia; CAETANO, Marcio (Coords.). *Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2003*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M; SILVA, L.B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

FERRARI, Anderson. *O professor frente ao homoerotismo masculino no contexto escolar*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado em Educação, PPGE/UFJF, 2000.

JUNQUEIRA, Rogério D. "O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar". In: *Anais do Seminário Corpo Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. "Corpo, Escola e Identidade". In *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 25, nº 2, julho/novembro 2000, pp. 59-76.

MOITA, G. "Essências e diferenças: minorias sexuais ou sexualidades (im)possíveis". IN FONSECA, L.; SOARES, C.; VAZ, J.M. *A Sexologia: perspectiva multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto, 2003.

SILVA JUNIOR, Jonas A. da. *Rompendo a mordaça: representações de professores e professoras do Ensino Médio sobre homossexualidade*. São Paulo: Tese de Doutorado em Educação, FEUSP, 2010.

WELZER- LANG, D. "A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia". In *Revista de Estudos Femininos*, vol.9 n. 2. Florianópolis. 2001, pp. 460-472.

Sites acessados

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE): www.fipe.org.br. Acesso em 4 jun. 2011.

Grupo Gay da Bahia (GGB): www.ggb.org.br. Acesso em 4 jun. 2011.

Programa Brasil Sem Homofobia (MEC): www.portal.mec.gov.br. Acesso em 4 jun. 2011.

Programa Nacional de DST e AIDS: www.aids.gov.br. Acesso em 4 jun. 2011.

Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA): www.ritla.net.br. Acesso em 4 jun. 2011.

Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO): www.unesco.org.br. Acesso em 4 jun. 2011.

